ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relatório da Participação da Assembleia da República Portuguesa na Conferência EPTA

Oslo, 27 e 28 outubro 2014

Autora: Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)

ÍNDICE

A - Enquadramento do Tema

B - Situação Nacional

C - Da *"EPTA Council and conference"*

D – Intervenção da Deputada Maria José Castelo Branco, em representação da Assembleia da República Portuguesa

E – Conclusão

ANEXOS

A. Enquadramento do tema

O processo de criação de instituições de avaliação de tecnologia consubstanciou-se na europa na década de 70, seguindo modelos já existentes nos EUA. Atualmente, a rede EPTA (European Parliamentary Technology Assessment) integra o Parlamento Europeu, o Conselho da Europa, catorze países e duas regiões europeias. Existem ainda estruturas de Avaliação Tecnológica Parlamentar fora da Europa, nos EUA, no Japão e no Chile.

Os modelos de avaliação adotados enquadram-se em três categorias: Comissão Parlamentar (França, Finlândia, Grécia e Itália); Gabinete Parlamentar/Unidade Parlamentar (Reino Unido, Suécia e Catalunha, no primeiro, Alemanha, no segundo, submodelo, e o caso particular do Parlamento Europeu) e Instituto Independente (Dinamarca, Holanda, Suíça, Noruega e Flandres).

B. Situação Nacional

Porque a Resolução n.º 60/2009, publicada em 3 de agosto, *Aprofundamento das atividades da Assembleia da República nas áreas da ciência e tecnologia*, nunca chegou a ser operacionalizada, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura nomeou, em julho 2011, um Relator (Deputado Rui Santos, do PS) para acompanhar a avaliação tecnológica parlamentar (PTA) em Portugal.

Na sequência do relatório final da 1ª sessão legislativa, em que o autor propôs a criação de um Gabinete Parlamentar de Ciência e Tecnologia, o Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura (Deputado Ribeiro e Castro) solicitou à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia da República (Anexo I - Ofício nº 306/CECC/2011) a análise da referida pretensão. O Conselho de Administração chamado a opinar sobre o tema deu conta de uma "… total ausência de enquadramento orçamental para a iniciativa" (Anexo II).

Resultaram deste acompanhamento, sucessivos relatórios anuais de que se destaca, no da 2ª sessão, a sugestão, do autor, para que "… depois de estabilizado um novo modelo de organização suficiente, económico e funcional neste domínio, (a comissão) promovesse a revisão do disposto na supramencionada Resolução da Assembleia da República n.º 60/2009, por forma a refletir a nova realidade por que se optasse".

No Seminário *"Modern technologies to support parliamentary activities – traditions and challenges"*, São Petersburgo, setembro 2013, organizado pelo CERDP (Centro Europeu de Pesquisa e Documentação Parlamentar) promoveu-se a discussão e troca de boas práticas e experiências informáticas, entre representantes de diversos países europeus e da Rússia. Sendo, neste evento, dado destaque às soluções que as tecnologias de informação proporcionam aos utilizadores parlamentares, e os diversos modelos adotados em diferentes países, com o objetivo de aumentar a comunicação, e transparência da mesma, entre parlamentos e cidadãos (Anexo III).

C – Da *"EPTA Council and conference"*

Nos dias 27 e 28 de outubro, realizou-se no Parlamento Norueguês, em Oslo, o *EPTA Council and conference* (Programa e Lista de Participantes disponíveis na página da Comissão.

No EPTA Council Meeting (dia 27) participaram os membros EPTA e, como observadores, Portugal, Polónia e Rússia.

Todos os elementos caracterizaram, de forma sucinta, o estado da avaliação tecnológica no seu país/região, particularizando os resultados inerentes ao modelo vigente e, eventuais, aspetos a corrigir.

Na EPTA Conference (dia 28), cuja abertura contou com a presença de Olemic Thommessen (*President of the Storting*) e Siri Hatlen (*Chair of the Norwegian Board* of Technology), foram apresentadas diferentes comunicações sobre áreas diversas de investigação científica, concreta e fundamental.

Alguns aspetos foram transversalmente evidenciados, mormente: "oportunidades criadas pelas tecnologias, principalmente emprego, de que a europa tanto necessita!!...", "a necessidade de detetar/identificar todas as suscetibilidades dos diversos empregos…", "UK, cerca de 47% dos empregos são suscetíveis de computorização, um campo a explorar", "desde sempre a tecnologia destruiu e criou emprego!!", "vivemos tempos de *big data*, exigindo-se sucessivamente maior capacidade de armazenamento", "criatividade e inteligência social", "revolução digital, um grande desafio que se coloca aos governos dos diversos países", "a Europa tem mais dificuldade que os EUA em transformar conhecimento em comércio/valor", "a promoção da criatividade na educação, é fundamental", "impactes económicos e sociais terão sempre, que ser tidos em conta nos processos de aplicação tecnológica", etc. No dia 28, foram apresentados alguns casos concretos, provenientes de países diversos, dando conta de casos de sucesso de aplicação tecnológica associados à robótica e inteligência social.

D – Intervenção da Deputada Maria José Castelo Branco, em representação da Assembleia da República Portuguesa

Na ronda por todos os elementos presentes, dia 27, no *Council Meeting*, a Deputada Maria José Castelo Branco em representação da Assembleia da República, deu conta que, apesar do momento economicamente delicado, vem sendo promovida pelo governo português uma rigorosa aposta na investigação, mormente nas linhas/unidades de investigação com maior capacidade de transferir conhecimento

para o tecido empresarial. No caso concreto da Assembleia da República a aposta na rentabilização dos recursos físicos e humanos, sempre apostando no rigor e eficiência. A transparência da atividade parlamentar vem sendo, no presente, claramente reforçada com, nomeadamente, a criação do "Canal Parlamento" em que qualquer cidadão pode acompanhar diariamente todos os trabalhos em curso.

No que à Avaliação Parlamentar diz respeito a Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) informou os participantes sobre as diligências tomadas junto dos Presidentes da Assembleia da República e do Conselho de Administração, e das respostas obtidas dando conta de que, apesar do interesse que o tema suscita, o momento económico seria ainda inoportuno.

E – Conclusão

É clara, e reconhecida, a importância deste tipo de Projeto, e decorrente troca de experiências e informação, contudo, dado o teor do parecer apresentado pelas entidades dirigentes da Assembleia da República, consideramos que deverá ser promovida a continuidade do estreito acompanhamento dos trabalhos para que quando a adesão de Portugal à EPTA for considerada oportuna, o processo seja mais ágil.

Lisboa, 26 de novembro de 2014

A Deputada autora do Relatório

(Maria José Castelo Branco)

Anexo I

Ofício nº 306/Comissão de Educação, Ciência e Cultura/CECC/2011

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada 436859
Classificação 03/01/08
Data 04/07/12

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Excelentíssima Senhora
Presidente da Assembleia da República
Dra. Assunção Esteves

Of. n.º 306/ CECC/2011

04.julho.2012

Assunto: Avaliação Tecnológica Parlamentar

No âmbito dos trabalhos da Comissão, na área da Avaliação Tecnológica Parlamentar, foi apresentado um relatório referente ao trabalho realizado durante a 1ª Sessão legislativa, na reunião da Comissão de 03 de julho de 2012, pelo Senhor Deputado "Relator" para a referida temática Rui Santos do PS, que propõe que a Assembleia da República crie um Gabinete Parlamentar de Avaliação Tecnológica, com o objetivo de promover o estudo e a análise de questões relevantes a nível nacional e ou internacional que possam ter impacto na discussão e na tomada de decisão dos deputados.

Assim, junto remeto o referido relatório, solicitando que possa ser superiormente analisado por Vossa Excelência e que seja solicitado ao Conselho de Administração a emissão de parecer sobre o mesmo.

Mais informo Vossa Excelência que na X Legislatura foi aprovada a Resolução da Assembleia da República n.º 60/2009, que visava no seu n.º 2, *"prosseguir um estudo de viabilidade para a eventual criação de um Gabinete Parlamentar de Ciência e Tecnologia"*.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(José Ribeiro e Castro)

Anexo II

Resposta do Conselho de Administração da Assembleia da República

Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 436882
Classificação
Data 17/07/12
Parecer

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete do Secretário-Geral

Despacho
Concordo
10.10.2012

À consideração
da S. Exa. - PAR
16.VII.2012

Assunto: Criação de Gabinete Parlamentar de Ciência e Tecnologia
(Reunião do CA, de 12 de Julho de 2012)

O CA, chamado a pronunciar-se na sua sessão de 12 de Julho de 2012, sobre o relatório final em matéria de avaliação tecnológica parlamentar, datado de 27 de Junho último e proveniente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura (Ofício nº 306/CECC/2011, de 4 de Julho de 2012), no qual é proposta a criação de um *Gabinete Parlamentar de Ciência e Tecnologia*, constatou a total ausência de enquadramento orçamental para a iniciativa.

Foi ainda suscitada por alguns membros do Conselho, a utilidade em ser representada a Sua Exa., a PAR, a possibilidade de reavaliação, na actualidade, dos termos da Resolução da Assembleia da Republica, nº 60/2009, de 10 de Julho, resolução fundadora da iniciativa em causa.

Feita a presente constatação, a pedido do Sr. Presidente do CA.

Palácio de São Bento, 16 de Julho de 2012

O Secretário-Geral

J. Cabral Tavares

Gabinete do Secretário-Geral

Anexo III

Ribeiro, C. (2014): Relatório do Seminário *"Modern technologies to support parliamentary activities – traditions and challenges"*, São Petersburgo, set. 2013